



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICAS
CURSO LICENCIATURA INTEGRADA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS,
MATEMÁTICAS E LINGUAGENS.**

Isabel Cristina Fonseca Silva

**SEXUALIDADE NOS ANOS INICIAIS: um direito da criança e uma responsabilidade
também das escolas.**

**ABRIL/2017
BRAGANÇA – PA**

ISABEL CRISTINA FONSECA SILVA

SEXUALIDADE NOS ANOS INICIAIS: um direito da criança e uma responsabilidade também das escolas.

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de graduação na Licenciatura Integrada em Educação em Ciências, Matemática e Linguagem, da Faculdade de Educação Matemática e Científica, vinculada à Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profa. Ms. Silvaney F. Ferreira Seabra

ABRIL/2017

BRAGANÇA – PA

SEXUALIDADE NOS ANOS INICIAIS: um direito da criança e uma responsabilidade também das escolas.

RESUMO

Este artigo aborda o tema sexualidade infantil visando à necessidade de trabalhar essa temática no contexto escolar para os anos iniciais, de forma adequada, onde a criança obtenha a aprendizagem numa perspectiva também de prevenção contra o abuso sexual. De acordo com essa abordagem a pesquisa e de cunho bibliográfico onde existem documentos oficiais como Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), que justificam essa necessidade de falar sobre a sexualidade e o direito de aprender dessas crianças, onde o professor precisa estar preparado com bases informativas que de fato esclareça as diferenças entre os termos sexo e sexualidade, para que o mesmo adquira conceitos construtivos para trabalhar com naturalidade o que faz parte do processo de desenvolvimento humano. Objetiva-se apresentar através de argumentos conceituais, metodológicos e pedagógicos sobre o tema; além de diretrizes que apresentam aspectos importantes para se explorar a temática sexualidade no contexto escolar para crianças, o que favorece o desenvolvimento psicossocial, o direito de ter acesso à discussão de qualidade, sobre a sexualidade e o papel que cabe a escola e ao professor em atender e garantir esse direito. Contudo são discussões que levam a uma reflexão mais ampla sobre o que será importante conhecer sobre o assunto numa intervenção pedagógica e sistematizada por princípios norteadores como a importância da sexualidade na infância, a questão comportamental, anatomia, relações interpessoais e o desenvolvimento psíquico e intelectual da criança.

Palavras-chave: sexualidade, criança, formação de professores, séries iniciais.

ABSTRACT

KEY WORDS

1- Introdução

A sexualidade e educação estão presentes na vida do indivíduo, desde o seu nascimento, no qual está sendo inserido numa cultura, dentro de uma sociedade e que lhe remete a valores e que farão parte das fases que correspondem a sua vida numa sociedade. No entanto, a sexualidade notoriamente se faz presente no processo dessa formação de desenvolvimento da criança, logo a mesma precisará de fato obter conhecimento no que diz respeito a sua integridade assegurada no direito de aprender sobre a sexualidade, através do seio familiar e no âmbito escolar, seu segundo de lar de intervenção educacional. Penso com os autores quando dizem que “A sexualidade humana é uma descoberta, uma elaboração, uma busca” (MELO; FREITAS; BRASIL, 2006 *apud* MARTIN, 2010, p.26).

Partindo dessa ideia existe uma fundamental importância de também trabalhar a sexualidade nas séries iniciais. Diante disso a temática sexualidade se destaca no campo educacional, onde adquire valores que priorizam há formação socioeducativa da criança e que consequentemente esta ligada nesse processo de desenvolvimento.

De acordo com essas características existem os documentos oficiais que asseguram o direito a aprendizagem no contexto escolar viabilizando a temática sexualidade, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) que inclui a sexualidade como um tema transversal, servindo como referência de orientação sexual e medidas preventivas numa educação conjunta, sendo biológicos e psicossociais. Entretanto existem outros documentos como as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2005), os Elementos Conceituais e Metodológicos para definição dos Direitos de Aprendizagem (2012), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), que objetivam um ensino de qualidade ao indivíduo, e que precisa ser visto como necessário pelas escolas e professores a serem trabalhados com as crianças das séries iniciais.

Segundo os parâmetros curriculares nacionais sabe-se que as curiosidades das crianças a respeito da sexualidade são questões muito significativas para a subjetividade na medida em que se relacionam com o conhecimento das origens de cada um e com o desejo de saber. (PCN, 1997, p.48).

Abordar o assunto sexualidade nessa fase infantil ainda está sendo pouco trabalhado nas escolas que atendem as séries iniciais. A temática sexualidade ainda é vista como algo que não faz parte da escola, no qual os professores possuem dificuldades em

abordar o assunto pela falta de conhecimento apropriado sobre o mesmo, chegando até a ignorar essa situação, e em outros casos reprime o aluno. Porém para o professor trabalhar esse tema, ainda não é tarefa de domínio educativo e incorreto para abordar em sala de aula com as crianças. Desse modo percebo que a escola precisa reaver conceitos e garantir o direito que a criança possui em aprender, pois cada vez mais se torna necessário para o desenvolvimento interpessoal da criança e prevenção contra a prática do abuso sexual.

Partindo desse ponto de vista como aluna do curso de Licenciatura Integrada, foi relevante discutir sobre a temática sexualidade de forma mais aprofundada, já que o curso não possui conteúdo sobre o assunto, sendo que seria favorável para ao desenvolvimento do trabalho do educador de como aprender e ensinar sobre o assunto sexualidade infantil dentro da escola, o que deveria ser visto como básicos propostos no curso de licenciatura. Numa abordagem precisa e necessária esclarecendo as diferenças entre o que é sexo e sexualidade. Segundo Figueiró (2006), sexualidade inclui sexo mais também inclui afetividade, carinho, prazer, amor, gesto, comunicação, toque e intimidade, sexo, assim como normas e valores sobre o comportamento sexual, sendo estes construídos culturalmente. Trata-se de ações que visam elaboração simbólica da relação do sujeito com o mundo. Mas, além disso: é uma forma de reconhecimento como ser vivente em relação com outros corpos.

Se a escola que se deseja deve ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário que ela reconheça que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem estar, que integra as diversas dimensões do ser humano envolvidas nesse aspecto. (PCN, 1997, p.48)

A realidade das escolas da rede pública para os anos iniciais ainda é preocupante de modo geral, pois muitas não possuem infraestrutura adequada para se garantir um suporte educacional justo, e de certa forma isso reflete no trabalho do professor para que obtenha um melhor desempenho profissional. São alguns dos desafios que encontramos dentro do contexto escolar, mas que existem outros pontos de vista a serem tomados como importantes e que se justifica de forma clara como e o caso de trabalhar esse tema transversal sobre sexualidade que tem como base parâmetros curriculares, que explora a temática com objetivos simples como através do diálogo, afinal para o professor que busca priorizar o conhecimento encontra formas criativas de se planejar, interagir e dialogar sobre o assunto em questão sem

precisar de muitos artifícios para fazer a diferença. Segundo Figueiró (2001)

a escola tem condições de contribuir para que a Educação Sexual seja cada vez mais comprometida com a transformação social. Acredito que um trabalho de Educação Sexual, desde a mais tenra idade escolar, possibilite um estado de entendimento para os educandos, gerando maior cuidado de si e tornando a escola mais significativa na vida de cada um dos alunos. (FIGUEIRÓ, 2001, *apud* MARTIN, p.96).

Contudo o estudo presente tem caráter exploratório e aborda a importância de trabalhar o tema da sexualidade no espaço escolar para as crianças dos anos iniciais. Desse modo objetiva-se com a seguinte pesquisa, apresentar alguns argumentos conceituais, metodológicos, pedagógicos sobre o tema; além de diretrizes que apresentam aspectos importantes para se explorar a temática sexualidade para crianças. O que favorece o desenvolvimento psicossocial, o direito de ter acesso à discussão de qualidade, sobre a sexualidade e o papel que cabe a escola e ao professor em atender e garantir esse direito. Dessa forma,

Reconhecer a sexualidade como um processo inerente ao ser humano cujo desenvolvimento se inicia desde o nascimento e permanece ao longo da vida. Entender a importância da preservação e cuidado com o próprio corpo, tanto no campo da saúde quanto da sexualidade “. (Elementos Conceituais e Metodológicos para definição dos Direitos de Aprendizagem, 2012, p.111).

2- O processo de formação do professor e as dificuldades em discutir a sexualidade infantil no contexto escolar.

O registro sobre essa dificuldade de discutir a sexualidade infantil nas séries iniciais foi relevante através de um tema: Alfabetização e Letramento em Ciências e Matemática, em janeiro de 2013, onde o título do trabalho a ser explorado seria Corpo Crescendo, no qual teríamos que pesquisar algo sobre a fase infantil que envolvesse o desenvolvimento dessa fase de descoberta da criança, o tema era livre a pesquisar sobre o que envolvesse o assunto. Por meio dessa iniciativa de pesquisa foi que pude descobrir que a criança possui sexualidade. Sendo que para tomarmos o conhecimento do assunto sexualidade infantil houve uma pesquisa, pois a temática sexualidade não faz parte do eixo curricular do curso de licenciatura integrada. Desse modo seria necessário preparar o discente do curso de licenciatura integrada de forma conceitual para trabalhar no contexto escolar dos anos iniciais

o assunto de forma natural e responsável.

No entanto, o assunto sexualidade infantil me trouxe a psicanálise de Freud que conceitua e introduz a sexualidade da criança com uma subjetividade peculiar que se desenvolve em distintas fases advindas desde o nascimento, compondo assim um prévio conhecimento sobre a sexualidade e as fases que envolvem essa criança. De acordo com essa questão e que Freud expõe considerações relevantes sobre a sexualidade em si no universo da criança, demonstrado como algo para reconhecer e descobrir o seu próprio corpo através das sensações e experiências ainda que subliminares. Penso que bem diferente da percepção do adulto, a criança tem sexualidade e precisa conhecer esse lado que também faz parte do conjunto de seu aprendizado como um todo que precisa entender. Assim,

Educação sexual é o aprendizado automático, constante e inconsciente de atitudes, gestos e idéias que se inicia a partir do nascimento. A contribuição dos estudos de Sigmund Freud (1856-1939) foi decisiva para que hoje reconheçêssemos a existência da sexualidade infantil. As descobertas de Freud sobre a sexualidade infantil provocaram grande espanto na sexualidade conservadora do final do século XIX, visto que até esta época a criança era vista como um símbolo de pureza, um ser assexuado. Ao chegar à Educação Infantil, a criança já traz a socialização elementar e doméstica e muito de seu comportamento frente à sexualidade. (MANGOLD, *et al*, 2014, pág. 5).

Essas descobertas foram informações construtivas para então conduzir esse estudo, e que também houve outro fator importante, como os próprios discentes que tinham uma ideia equivocada quando apresentei o trabalho, muitos achavam que a discussão seria sobre falar de sexo para crianças, e alguns opinaram de forma discordante. Por ainda não ser abordado esse tema no curso de licenciatura integrada, com precisão e exploração do assunto sexualidade infantil, de forma conceitual e discursiva com visto a acrescentar uma relação das outras áreas que também explicam com mais detalhes específicos sobre o tema sexualidade na infância. Entendo como Figueiró (2003) que diz

Sabemos que todo o processo formativo dos professores, tanto no Magistério, quanto nas licenciaturas, não os tem preparado para abordar a questão da sexualidade no espaço da escola. Portanto, é compreensível o sentimento de insegurança e a preocupação”. (FIGUEIRO, 2003, p.2)

Porém essas circunstâncias não pode comprometer o papel do professor educador já que existem outras formas de buscar conhecimento. Estes são alguns dos impasses que

deveriam ser analisados e revistos com mais atenção pelos próprios professores na formação inicial, para que os mesmos adquirissem de forma mais expressiva, o conhecimento de quais aspectos se trata essa educação sexual na infância como algo que também diz respeito à própria existência humana.

É necessário assegurar uma formação de professores que possibilite ao profissional docente saber lidar com o processo formativo dos alunos em suas várias dimensões, além da cognitiva, englobando a dimensão afetiva, as diversas linguagens, da estética, da ética e dos valores universais. (LEITE, DI GIOGI, 2004 apud MARTIN (2010), p.79).

São tais indagações sobre a formação dos professores, que se fazem presente nesse estudo que procura argumentar também sobre as dificuldades que os professores possuem em lidar com o assunto sexualidade em sala de aula, o direito da criança de aprender e também como forma de obter medidas preventivas contra a violência sexual infantil. A partir dessa ideia e que se encontra uma relação tão próxima de utilizar essa temática sexualidade também como forma de educar sim!

Neste contexto de formação cultural, acabamos carregando conosco uma gama de tabus, preconceitos e sentimentos, muitas vezes, negativos, em relação ao sexo, o que acentua nossa dificuldade em falar abertamente sobre ele. Assim sendo, quando se propõe educar sexualmente os alunos, há que se pensar, concomitantemente, em oportunizar aos professores o reeducar-se sexualmente, participando de estudos que os auxiliem a preparar-se para atuar como educadores sexuais, tanto de crianças do ensino regular, quanto de crianças e adolescentes considerados pessoas com necessidades educacionais especiais. (FIGUEIRÓ, 2009, p.142).

Assim a educação é uma porta que se abre ao mundo em que será proposta a formação de conceitos, que serão construtivos, conduzidos a formarem opiniões a partir do discernimento e maturidade que se apresenta no decorrer das fases de desenvolvimento do sujeito, e que também acarretara outro ponto significativo e que levará a compreensão como reflexões e discussões. Visto desse modo o professor também pode ser parte fundamental nessa introdução que também se compõe de valores, onde ele instrui educando e condiciona os princípios básicos a serem descobertos por esses alunos. Vejo de forma importante, pois

Para garantir as aprendizagens básicas às crianças, no tempo organizado em ciclo, é preciso assumir outra forma mais diversa, plural e interconectada de

conceber a educação, a escola, o professor, sua formação e, sobretudo, a infância”. (Elementos Conceituais e Metodológicos para definição dos Direitos de Aprendizagem, 2012, p.18).

Percebo que esse movimento (ainda que eu considere tímido) na minha formação inicial e penso ser necessário e urgente acontecer em todos os cursos de formação de professores. Possibilitar essas aprendizagens, como conexão que os Direitos de aprendizagens trazem no sentido de que:

Educar exige cuidado; cuidar é educar, envolvendo acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da escola, da natureza, da água, do Planeta. Educar é, enfim, enfrentar o desafio de lidar com gente, isto é, com criaturas tão imprevisíveis e diferentes quanto semelhantes, ao longo de uma existência inscrita na teia das relações humanas, neste mundo complexo. (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, 2013, p.18).

Estudos na área da psicologia, medicina, biologia entre outros que abrange um conceito de sexualidade com aspectos favoráveis numa formação inicial ou continuada que também pode ser sugestiva ao professor para que o mesmo obtenha mais informações interessantes que discutem e exploram o assunto com uma normalidade de modo mais referente ao conteúdo educativo e que favoreça à própria criança.

A ação educativa hoje requer que o professor, além de trabalhar os conteúdos escolares, favoreça a construção da identidade e da autonomia e proporcione condições ao aluno de leitura do mundo. Isso exige esforço e estudo”. (MARTIN, 2010, p.81)

Diante de tantos estudos científicos que diz respeito à sexualidade infantil e o direito de aprendizagem nas escolas sobre essa temática, e que o estudo presente utiliza o método de pesquisa bibliográfica, onde as principais fontes elegidas foram Parâmetros Curriculares Nacionais, Elementos Conceituais e Metodológicos para definição dos Direitos de Aprendizagem, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente, artigos que discutem a temática nas escolas, trazendo uma análise argumentativa e reflexiva onde ficaram evidentes os objetivos e a importância que possui o tema sexualidade infantil.

A forma educativa e construtiva que o professor poderá instruir a criança na escola

e trabalhar essa parte fundamental que é o seu corpo, e também sua sexualidade, se apresenta como um grande problema para os professores são implicações que se fazem presente nas escolas em geral. Um dos principais fatores detectados através dos estudos feitos em artigos que discutem o assunto sexualidade em escolas tanto nas séries iniciais como de nível fundamental dessa pesquisa, o que de fato é e que boa parte dos professores não tem conhecimento conceitual do assunto, como associar o ato sexual com a temática sexualidade que trata de outras questões.

Inicialmente, é preciso que tenhamos clareza sobre o significado do sexo e da sexualidade. O primeiro está relacionado diretamente ao ato sexual e à satisfação da necessidade biológica de obter prazer sexual, necessidade essa que todo ser humano, seja normal ou com necessidades educacionais especiais, traz consigo desde que nasce. Sexualidade, por sua vez, inclui o sexo, a afetividade, o carinho, o prazer, o amor ou o sentimento mútuo de bem querer, os gestos, a comunicação, o toque e a intimidade. Inclui, também, os valores e as normas morais que cada cultura elabora sobre o comportamento sexual. (FIGUEIRÓ, 2009, p.143)

Contudo isso gera certo desconforto para abordar o tema sexualidade com as especificidades para as crianças nesse nível escolar. Nesse primeiro momento é perceptível que a criança possui um diferencial na hora do aprendizado, visto que ela está em desenvolvimento e possuem particularidades, que compõem suas características biológicas e comportamentais, desse modo às mesmas se descobrem com amplas diferenças, sendo que na infância, ela vai descobrir sua sexualidade e de certa forma ela utiliza-se de sua curiosidade para experimentar essas sensações que até então eram desconhecidas para criança, de forma que não é erotizada e sim uma fase de descobrir o próprio corpo e suas diferenças. São pontos que pude conhecer através da pesquisa de assuntos voltados para o aprendizado da criança de forma geral e através de relatos de cunho informal de psicólogos que acompanham crianças nessa fase de descobrir o corpo e a sexualidade.

A criança aprende sobre o seu corpo sua sexualidade, seu gênero, do mesmo modo que aprende a falar, andar e a comer, elas marcam profundamente suas vidas, construindo assim, sua própria identidade. (MANGOLD *et al*, 2014, p.6)

Outros fatores que se apresentam de forma significativa para que o professor trabalhe o assunto com as crianças ou estudantes, é que atualmente elas vêm sofrendo com abusos sexuais dentro do meio em que esta inserida como a escola, sujeita a agressões graves

ou adquirem informações sobre sexo num contexto completamente problemático e de forma pejorativa e ofensiva onde conseqüentemente será traumático para criança já que a mesma passa por um processo de formação do indivíduo tanto físico como psicológico e a relação e diferenças com o outro.

Diante disso a sexualidade precisa ser abordada com coerência e responsabilidade, para que a criança obtenha as informações com uma finalidade mais significativa como algo natural do conhecimento do próprio corpo sem constrangimento ou que reprima, no qual a escola poderá fazer parte desse processo. Compartilho a ideia de Figueiró (2009, p.142) que diz “Além disso, falar de sexualidade é trabalhar o relacionamento humano e, por conseguinte, aprimorar as relações interpessoais”.

Aprender a explorar o conhecimento nesse caso proposto pela temática como é o da própria sexualidade, se motiva a construir uma opinião e uma preparação significativa ao crescimento emocional e a convivência entre as diferenças que fazem parte da vida dessa criança. Tratando dos direitos de aprendizagem assegurado no documento que diz

A Primeira parte trata do contexto atual do movimento curricular no Ensino Fundamental e do conceito de aprendizagem como direito humano. Defende ainda a concepção de infância como universo singular dessa aprendizagem, tendo o currículo e o ciclo contínuo de aprendizagens como viabilização desses direitos. Tais conceitos são fundamentais para orientar essa trajetória, tendo em vista a avaliação e suas diferentes possibilidades de garantia dos Direitos. (Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem, 2012, p.8).

Entretanto estes são alguns dos direitos de aprendizagem das crianças, estabelecidos com segurança e estrutura educacional, onde o professor reveja seus conceitos e possa ampliar ideias que favoreçam sua função de educador. Quanto à posição do professor seria utilizar uma abordagem diferenciada e orientadora sobre o tema podendo desenvolver suas atividades sobre a sexualidade no espaço escolar com materiais apropriados, que representa o conhecimento através do direito a aprender, e possa tratar a temática sexualidade como um assunto viável a realizar nas séries iniciais, como algo que diz respeito também à formação intelectual do aluno. Assim

A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania. É o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua

identidade, em meio a transformações corporais, afetivoemocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tornam-se, portanto, exigências do projeto educacional. (Diretrizes Curriculares para Educação Básica Nacional, 2013, p.17).

Outro documento que trata desse aspecto são dos PCNs. Nele, a intervenção proposta é mais do que importante agregar valores a esse assunto não tão comum nas escolas de nível fundamental para séries iniciais.

O documento justifica a importância de se incluir Orientação Sexual como tema transversal nos currículos, isto é, discorre sobre o papel e a postura do educador e da escola, descrevendo, para tanto, as referências necessárias a melhor atuação educacional ao se tratar do assunto, trabalho que se diferencia do tratamento da questão no ambiente familiar. (PCN, 1997, p.73)

Explorar esses fatores fundamentais a cerca da sexualidade infantil e seus conceitos básicos que também condizem com a saúde física e mental do corpo humano como um todo, e que serve também como uma identificação de valores e formação do personalismo na criança. A partir dessa preparação inicial o professor parte para a compreensão dos princípios básicos, onde existe uma diferença entre o termo orientação sexual utilizado e sexualidade infantil, pois o primeiro se utiliza mais com os adolescentes que se refere ao descobrimento do sexo, gravidez, DSTs e outros e quando se trata de sexualidade infantil contemplamos como forma de desenvolvimento e comportamento da criança num nível interpessoal, sendo então importante identificar essas diferenças para conseguir a prática.

Apontar como total competência do professor tratar do assunto como o principal agente de informação é inadequado e compromete o que de fato é de responsabilidade do docente, que possui normas limitadas sobre o aluno que ensina. Porém perceber que de fato o aluno tem algum comportamento diferenciado que apresente certos indícios de abuso sexual, no que diz respeito à integridade do aluno, pode denunciar devida ser uma obrigação legal que permite o mesmo a ter certa atitude.

Para que o processo de desenvolvimento sobre o tema sexualidade fosse proporcional a obter tais informações favoráveis e uma compreensão do estudo através da pesquisa, ficando claro que existem várias dificuldades, mas que incluir a temática sexualidade nas séries iniciais, é de direito, onde o professor trabalhe com essas crianças naturalmente o tema e a

formação psíquica social desses alunos.

3 – O direito da criança ao discurso sobre a sexualidade.

No estágio do personalismo, que acontece na faixa de três aos seis anos, ocorre à formação da personalidade. Desenvolve-se nesse estágio a construção da consciência de si por meio das interações sociais predominando as relações afetivas e o interesse pelas pessoas. (Donizete, 2010, p.18)

No âmbito escolar é perceptível, em alguns casos, compreender certos comportamentos que a criança possui que podem vir a ter relações com o contexto social em que ela está inserida ou conduta particular de cada criança que esta nessa faixa etária. Porém são representados através da socialização da criança com interações vivenciadas em momentos significativos e expressivos no modo comportamental que essa criança se impõe e aprende as coisas que estão no ambiente que ela habita, ou no que ela observa através das mídias de comunicação, do que ouve nas conversas paralelas, são muitos fatores que podem e influenciam essa criança que esta sujeita a aprender sobre sexualidade de forma completamente distorcida e desapropriada para que ela construa uma mentalidade intelectual e que lhe remeta a uma reflexão. Palacios (1995) diz que

A socialização ocorre através de três processos: os processos mentais de socialização, os processos afetivos de socialização e os processos condutuais de socialização. Os processos mentais de socialização correspondem ao conhecimento de valores, normas, costumes, pessoas, instituições, bem como aprendizagem da linguagem e aquisição de conhecimentos transmitidos através da escola. Os processos afetivos de socialização são uma das bases mais sólidas do desenvolvimento social da criança sendo a empatia (experiência vicária do estado emocional do outro), o apego (vínculo afetivo com pessoas que cuidam dela) e a amizade, não só uma forma de união ao grupo, mas também mediadores de todo o desenvolvimento social. Por fim os processos condutuais de socialização envolvem a aquisição de condutas consideradas socialmente desejáveis, evitando aquelas que são julgadas como anti-sociais. (PALACIOS, 1995*apud* BORSA 2007, p.2)

Entretanto essa breve análise sobre a socialização da criança adquire um valor propriamente característico da fase infantil nesse processo. Toda essa integração social da criança com o meio é parte fundamental para seu desenvolvimento afetivo. Desse modo a

escola precisa estar preparada para acolher esse aluno e desenvolver o assunto sexualidade com mais clareza e objetividade.

A escola precisa acolher diferentes saberes, diferentes manifestações culturais e diferentes óticas empenhar-se para se constituir, ao mesmo tempo, em um espaço de heterogeneidade e pluralidade, situada na diversidade em movimento, no processo tornado possível por meio de relações intersubjetivas, fundamentada no princípio emancipador. Cabe, nesse sentido, às escolas desempenhar o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, fundamentadas no pressuposto do respeito e da valorização das diferenças, entre outras, de condição física, sensorial e socioemocional, origem, etnia, gênero, classe social, contexto sociocultural, que dão sentido às ações educativas, enriquecendo-as, visando à superação das desigualdades de natureza sociocultural e socioeconômica. Contemplar essas dimensões significa a revisão dos ritos escolares e o alargamento do papel da instituição escolar e dos educadores, adotando medidas proativas e ações preventivas. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, 2013, p. 27).

São tantos aspectos em que ficam evidenciadas as formas de estratégias educativas para trabalhar a sexualidade, categorizando o que é de direito dos alunos das séries iniciais e como o professor educador se adequa há esse papel de transformar essas informações em ações educativas. Os direitos de aprendizagem trazem essa intervenção como no “Eixo Ser Humano e Saúde que diz: Aprender sobre cuidados com o corpo e sobre a segurança física e emocional, seja individual ou coletiva”. (Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem, 2012). Ele traz a necessidade em

Associar manifestações do nosso corpo às formas de expressão relacionadas com os sentimentos. Construir noções acerca do corpo como um sistema integrado; Associar manifestações do nosso corpo às formas de expressão relacionadas com os sentimentos; Reconhecer as alterações e transformações nos seres humanos durante suas fases de desenvolvimento. (Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem, 2012, p.110).

Planejar-se através de uma discussão interativa nas quais medidas educativas estarão explícitas nesse primeiro momento em que o tema é manifestado pela intervenção do professor para que a orientação ocorra de forma significativa. Para tanto

O tema sexualidade pode ser trabalhado: Intencionalmente, ao se elaborar um projeto específico para o conteúdo; Quando a criança pergunta ou demonstra curiosidade sobre a sexualidade; Quando

alguma situação de manifestação da sexualidade (masturbação, jogos infantis, erotização precoce) mostre a necessidade de um trabalho sistemático; Integrado às atividades cotidianas de sala de aula. (Arcari, 2008, p.17).

Entendo que a criança vive num contexto social além da escola e que existem outros elementos que podem vir a interferir nesse crescimento saudável, reflexo de um dos problemas que comprometem a integridade física e psíquica da criança como a violência e abuso sexual que surge com uma repercussão maior no convívio familiar, em outros casos nas escolas e em outros ambientes do cotidiano infantil. São implicações que correspondem à realidade desse tipo de problema social. Concordo com os autores abaixo quando dizem que

Violência sexual consiste não só em uma violação à liberdade sexual do outro, mas também em uma violação aos direitos humanos de crianças e adolescentes. De acordo com as leis brasileiras, presume-se ocorrência de violência em qualquer ato sexual praticado por pessoas maiores de idade com pessoas de idade inferior a 14 anos. (Santos; Ippolito, 2010, p.27)

Compreendo que a importância da formação de professores, tratada na seção anterior, envolvendo esse tema é também importante para que ele perceba esse tipo de abuso sexual contra a criança, na qual sua atitude poderá ser tomada de acordo com os direitos legais em relação a esse tipo de situação, e servira de ajuda a essa criança. Assim

O trabalho pedagógico é feito por meio da atitude do professor e de suas intervenções diante das manifestações da sexualidade dos alunos em sala de aula. Com a compreensão do educador sobre o tema sexualidade infantil, pode-se trabalhar com a criança, orientando-a e fazendo as intervenções necessárias ao seu desenvolvimento. O professor deve compreender tais manifestações e orientá-la na descoberta de seu corpo de acordo como a sexualidade é percebida. (Donizete, 2010, p.20)

A criança precisa ter sua integridade respeitada e que não comprometa seu estado emocional. Diante desse ponto de vista é que também essa questão da sexualidade se agrega a valores tanto comportamentais como sociais, sendo que essa intervenção que as ações preventivas que a escola pode proporcionar, adquirem o apoio de um adulto no caso o professor que faz parte do contexto escolar, e é claro poder repassar tais orientações para a família que é responsável pela criança. Desta forma,

...vemos que esse processo de reeducação sexual é essencial para a formação do educador, já que “[...] a prática da educação sexual na escola reflete como o/a educador/a percebe, vivencia e representa sua própria sexualidade”. (DINIS; ASINELLI-LUZ, 2007, p. 9). Somente a partir da reeducação sexual dos educadores, paralelo a reflexões, estudos e pesquisas é que será possível uma Educação Sexual positiva e significativa dentro do contexto escolar, desde a primeira etapa da educação institucionalizada, a Educação Infantil. (GARCIA, SILVA, 2009, p.13).

Como exemplo, a sexualidade não se restrinja somente em apresentar as diferenças do corpo humano entre os aparelhos reprodutores: masculino e feminino, proporcionando aspectos emocionais e comportamentais relacionados há ambos os sexos. Apesar de que a criança em muitos casos nem conhece ou entende essas próprias diferenças entre o corpo feminino e masculino devido no convívio familiar esse esclarecimento fica reprimido por ser visto como algo negativo para a educação da criança. Entendo como Mangold (2014) que

A sexualidade infantil é diferente da sexualidade adulta e inerente a qualquer criança, sua demonstração será particular a cada uma. Para as educadoras cabe conhecê-la respeitá-la, conduzi-la de forma adequada, sem estimulação nem repressão e tendo sempre em mente uma auto-reflexão de sua própria sexualidade. (MANGOLD *et al.* 2014, p.4)

Categorizar essas características das diferenças no corpo da criança é de imediato trabalhar a forma que essa criança se identifica naturalmente e não induzir ao conhecimento do ato sexual. A concepção do ato sexual não será também visto como um fator proibido que esteja dado por certa censura, pois a reprodução humana ocorre por ser trabalhada através de uma discussão reflexiva, onde a proposta será argumentada de forma que os levem a refletir o lado emocional, princípios da afetividade que podem acontecer entre ambos os sexos. Relacionando esses princípios com valores comportamentais e educativos onde aprender traga um conhecimento construtivo e consciente, para que a criança desenvolva uma sexualidade saudável e sem conflitos repressores.

A sexualidade é uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separados de outros aspectos da vida e vai muito além do que apenas conhecimento dos órgãos genitais e nem pode ser confundida com o ato de fazer sexo o mesmo é relativo ao fato natural, hereditário, biológico, da diferença física entre o homem e a mulher e da atração de um pelo outro para a reprodução. (TEODORO; CUNHA, 2014, p.155).

Assim abordar a temática sexualidade e através da mesma, falar sobre a Prevenção da violência e abusos sexuais na infância através do diálogo, uma questão de nível conscientizador, apesar de ser voltado para crianças. São ações que vão além do ensino-aprendizagem, mas que de modo construtivo sejam expressadas por medidas socioeducativas que objetivem conhecimento da própria criança numa perspectiva, que a desperte atitudes seguras e noções do que pode ser um abuso sexual, identificando os excessos maldosos que o pedófilo causa e o que não pode ser considerado pela vítima como sua culpa. “O abuso sexual pode ser prevenido se as crianças forem capazes de reconhecer o comportamento inapropriado do adulto, reagir rapidamente, deixar a situação e relatar para alguém o ocorrido”. (BRINO, WILLIAMS, 2008, p.211).

A violência sexual contra a criança se torna cada vez mais presente numa sociedade, onde os valores estão sendo fragmentados por qualquer razão, sendo que a criança por ser mais vulnerável fica propícia a esse tipo de situação, onde essa exposição causa grandes danos físicos e psíquicos. Por falta de informações necessárias há vítima sofre, muda significativamente seu comportamento e não consegue entender o que de fato está acontecendo. São excessos de violência sexual como este, onde um adulto se posiciona como o explorador, mas que é também o responsável pela criança é que compromete fortemente a construção de uma identidade que fica marcada de interpretações negativas e experiências traumáticas.

Em muitos casos a pessoa que comete a agressão, e uma pessoa próxima da criança. Como um parente (pai, padrasto, tios, avós, etc.), onde a mesma tem uma relação de afeto e confiança no agressor, sendo que essa realidade de fato acontece no seu lar, lugar onde deveria está sendo protegida, porém essa situação é refletida de forma muito conflituosa e traumática no contexto escolar, comprometendo o comportamento, aprendizado e as relações do aluno com as outras crianças. Entretanto penso que é diante de tais situações problemas que é necessário tentar amenizar esses agravantes através do cuidar educando, buscando revitalizar esse aluno, já que uma das funções da Educação Básica seja social em direito e princípios da formação da pessoa como parte essencial para seu desenvolvimento.

A responsabilidade que o professor possui para intervir nesses casos é de caráter educativo, onde pode apresentar noções sobre sexualidade, anatomia e prevenção de violência sexual para criança do primeiro ano. Cabe ao professor um papel importante como educador,

onde encontra mais uma justificativa para discutir a temática sexualidade nesse ambiente escolar, questionar certas atitudes ou discutir ideias que também fazem parte da formação desses indivíduos. Visando detectar esse problema que se faz presente no contexto social e escolar. E aplicando medidas preventivas e educativas que informe e ainda sim construa outros significados, transmitidos através da socialização e como se comporta em relação às diferenças de cada um. Dessa forma

A sexualidade implica na dimensão físico-afetiva e psíquica do sujeito no processo de suas relações humanas. O homem é produto e produtor de dimensão humana, efetivando-se em suas relações materiais concretas constituídas de todos os aspectos que lhe demonstram afeto, prazer, entre outras emoções. E que o diferencia de outros animais. (TEODORO; CUNHA, 2014, P. 154).

O professor poderá utilizar de novas estratégias para criar formas diversificadas, como dialogo, dinâmicas em grupo, apresentação de slides com materiais que falam sobre sexualidade voltado para a faixa etária em questão. São algumas das opções que podem favorecer o trabalho em sala de aula, através de metodologias que integre instruir, conhecer, aprender e de certa forma oriente esses alunos sobre abusos sexuais. Apesar de que exige do professor buscar alternativas para obter resultados positivos e que atenda os objetivos de informar os alunos com conteúdos apropriados para melhor desenvolver a prática. Lembrar que nenhum assunto é proibido ou inadequado para a criança e nem leva à erotização ou iniciação sexual precoce. Muito pelo contrário: educação sexual correta evita muitos problemas relacionados ao mau uso da sexualidade (ARCARI, 2008, p.17).

Essa preparação acontece numa busca constante para melhorar e aperfeiçoar os objetivos da prática e de levarmos o conhecimento de algo, são detalhes que fazem parte de uma profissão que precisa estar em constante formação para se atingir metas que favoreçam uma boa educação. Porém o professor é mero agente nessa construção intelectual e social do aluno, no caso do tema sexualidade, necessário a família participar e trabalhar em conjunto com a instituição escolar para que essa criança obtenha sua autonomia em ambos os contextos sociais.

Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

Infantil, 2010, p.25).

A criança precisa ter uma ideia mais significativa sobre o tema, o professor podendo utilizar material ilustrativo como o livro Pipo e Fifi: Prevenção de violência sexual na infância da autora Arcari (2008), possui um conteúdo propício a sexualidade, onde apresenta as diferenças do corpo humano entre os aparelhos reprodutores: masculino e feminino, proporcionando aspectos emocionais e comportamentais relacionados há ambos os sexos, pois a criança em muitos casos nem conhece ou entende essas próprias diferenças entre o corpo feminino e masculino e no convívio familiar esse esclarecimento fica reprimido por ser visto como algo pejorativo e negativo para a educação da criança.

Para autora Arcari (2008), esse livro é uma ferramenta de proteção que explica as crianças a partir de 4 anos conceitos básicos sobre o corpo, sentimentos, convivência e trocas afetivas. De forma simples e descomplicada, ensinar a diferenciar toques de amor de toques abusivos, apontando caminhos para diálogo, proteção e ajuda.

Devido essas questões penso que o material a ser trabalhado pelos professores devesse ser pautado numa linguagem simples e ilustrativa que faça uma abordagem interativa através de perguntas feitas pelos professores e também por alunos, admitindo que essa forma de introduzir o assunto seja algo crucial e ajuda o professor a identificar e avaliar o que o aluno sabe sobre o assunto e como entende.

Considerando a percepção das diferenças e semelhanças no processo de construção das identidades, a área das Ciências Humanas trabalha na perspectiva do reconhecimento e respeito ao “outro”, contribuindo para a redução das desigualdades econômicas, políticas, sociais, culturais, etnoraciais e de gênero. (Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem, 2012, p.95).

Ressaltando que esse estudo trata de discutir sobre a sexualidade no âmbito escolar, mas que se apresente também uma reflexão em torno de outro assunto ainda pouco discutido com as crianças, como é o caso dos abusos sexuais. A família como responsável pelo menor deve ser incluída também como parte fundamental a participar dessas discussões da escola e manter compromisso, sobre orientações que tratem da sexualidade, visando propiciar e amenizar os abusos sexuais contra crianças.

Portanto a escola tem um papel significativo em aspectos da área educacional já que também interfere na formação do sujeito, mas não pode ser considerado o grande

responsável pelo desenvolvimento psíquico e social da criança, nem como a solução para que os abusos parem de acontecer, onde a realização dessa proposta educativa aparece como medidas de prevenção contra os abusos sexuais infantis e não como forma principal de solução do problema. Penso que

A orientação sexual se inicia na família onde a criança esta inserida. Mas desconhecimento, por questões culturais de uma sociedade repressora, conjugadas com desconhecimento sobre a sexualidade, impõe muitas dificuldades. Muitos pais preferem nem tocar neste assunto por achar constrangedor conversar sobre sexo com seus filhos, seja pela educação recebida de seus pais, seja pela repressão ou por não saberem como abordar este assunto. (TEODORO; CUNHA, 2014, p. 154)

O que cabe a intervenção da escola em discutir sobre a prevenção de abusos sexuais contra crianças tem certo limite, diante desta observação, existem outros fatores que estão relacionados para tornar esses cuidados protetivos mais eficientes para que a integridade do menor seja preservada, no qual a família e a sociedade desempenham um papel também importante para evitar esse tipo de crime, pois de acordo com:

O estatuto da criança e do adolescente defende, em vários trechos, a preservação e o respeito integral à criança, como podemos constatar nos artigos 17 e 18 da mesma que dispõe:

Art. 17º – O direito ao respeito que consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais;

Art. 18º – É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (ECA, 1990, p.14/15).

Reconhecer o que é de direito à criança antes de fazer parte da instituição escolar, ela precisa de cuidados do adulto responsável pela mesma. Ressalto com a clareza de que primeiramente a família está incumbida dessas condições. A partir de consideráveis fatores iniciais a essa fase da infância, que a instituição escolar adquire e outros direitos e deveres para conduzir a educação na formação do sujeito, agindo como estrutura de base para as séries iniciais onde atende todo um padrão de caráter socioeducativo através dos PCNs, estabelecendo o tema como algo importante para que o processo de ensino adquira tais conhecimentos que fazem parte do desenvolvimento da criança e sejam respeitados pelo fato

de discutir o tema sexualidade na infância como forma de educar e proporcionar uma visão mais crítica e reflexiva a respeito do que sabe sobre o assunto. Nesse sentido

O trabalho de Orientação Sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho. A Orientação Sexual não-diretiva aqui proposta será circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo portanto caráter de aconselhamento individual de tipo psicoterapêutico. Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem serem invasivas da intimidade e do comportamento de cada aluno. Tal postura deve inclusive auxiliar as crianças e os jovens a discriminar o que pode e deve ser compartilhado no grupo e o que deve ser mantido como uma vivência pessoal. Apenas os alunos que demandem atenção e intervenção individuais devem ser atendidos separadamente do grupo pelo professor ou orientador na escola e, dentro desse âmbito, poderá ser discutido um possível encaminhamento para atendimento especializado. (PCN,1997,p.83)

Ressaltar essa colocação dos PCNs sobre o que pode se trabalhar de fato em sala de aula sobre orientação sexual, deixando claro que a escola pode e deve intervir, mas de forma particular e sem expor tal aluno, já que cabe ao professor ajudar criteriosamente sem conduzir a situação como algo tão natural. Se for o caso de abuso sexual, até porque se a criança apresentar indícios de que possui algum problema dessa ordem sexual, será revisto com certa cautela, onde caberá há outros profissionais e órgãos que prestam serviços nessa área da saúde.

São fatores que vão muito além da escola, onde o professor atua, mas que consideravelmente trabalhar sobre orientação que apresentem subsídios ao professor como educador na área pedagógica e que prepara o professor para instruir e proporcionar a essa criança um conhecimento de ensino-aprendizagem sobre um tema que faz parte da vida da criança é o que pode ser feito a diferença na formação da mesma. ”O ato de notificação pode contribuir para interromper o ciclo da violência sexual. Não denunciar pode acarretar até o suicídio da criança ou do adolescente” (SANTOS, IPPOLITO, 2010, p.65). O que nós educadores, estamos amparados por lei

Porque é um dever legal do Educador. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no seu artigo, 13 determina: “Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade,

sem prejuízo de outras providências legais”. No artigo 245, o ECA estabelece uma multa de três a 20 salários de referência (aplicando-se o dobro em caso de reincidência), se “deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente” (SANTOS, IPPOLITO, 2010, p. 65).

Todo esse referencial de direitos que a criança possui e que se concede como necessário para sua saúde física e mental voltada em destaque nesse estudo dentro do contexto escolar, é que a partir das leis de Diretrizes e bases da Educação Nacional, ficando claro que como forma educativa de integrar essa criança sob um conjunto complexo de sua formação. Formação esta é que se justifica a questão sobre a sexualidade também podendo ser vista como parte importante nesse processo de desenvolvimento comportamental e social infantil.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), no seu artigo 29, expõe que a “Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade” (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 2005, p.17).

Sobretudo as relações que compõem o quadro que atua de forma necessária para implementar tais ações preventivas ,aparecem também como condições que poderão ser atendidas pelo responsável dessa criança no caso família e escola. Visto por um contexto de nível social onde a mesma faça parte, e que se faz por essencial tê-las também como medidas que favoreçam uma atenção e cuidados básicos para que esse menor seja amparado com afetividade, proteção e dialogo por parte também dos seus tutores, não colocando a educação e prevenção como algo restrito ao ambiente escolar, até porque educar é parte fundamental da natureza daquele que se dispõe a aprender a conhecer valores éticos e morais de uma sociedade. Sobretudo:

Saber a hora e a melhor maneira de falar sobre sexualidade com as crianças e seus pais é muito importante. Conhecer as características de cada fase do crescimento da criança pode ajudar a evitar equívocos na maneira de lidar com a sexualidade da criança e do adolescente, respeitando formas de expressão da sexualidade, sem reprimi-las, e enfrentando a invasão da sexualidade infantil por adultos (HAZEU, 2004 *apud* Santos, Ippolito, 2010, p.50)

Argumentar sobre medidas preventivas e informar as crianças através da educação sexual podem interferir no problema de modo positivo, visto que a informação de certa forma é relevante nestes casos, onde implica como sua autodefesa e poderá até impedir que o abuso sexual ocorra, pois os primeiros sinais que o abusador apresenta, pode ser percebido por esta criança que obteve essa forma de prevenção. Sendo que

A orientação sexual se inicia na família onde a criança está inserida. Mas desconhecimento, por questões culturais de uma sociedade repressora, conjugadas com desconhecimento sobre a sexualidade, impõe muitas dificuldades. Muitos pais preferem nem tocar neste assunto por achar constrangedor conversar sobre sexo com seus filhos, seja pela educação recebida de seus pais, seja pela repressão ou por não saberem como abordar este assunto. (TEODORO; CUNHA, 2014, p.154)

Essa relação de prevenção por meio da informação vejo tratar-se de uma educação trabalhada em conjunto, onde a escola, família e sociedade revejam tais conceitos que ainda reprimem a sexualidade da criança e desse modo compromete a integridade física e psíquica da mesma.

A escola pode desenvolver uma proposta pedagógica inclusiva e respeitosa da diversidade e criar um ambiente que leva as crianças e adolescentes a desenvolverem bom nível de auto-estima e de relações de amizade com seus companheiros. Além de gerar esse ambiente nas escolas, os educadores podem também falar com os pais de seus alunos sobre a importância dessa atmosfera dentro de casa. (A Escola Interrompendo o Ciclo da Violência Sexual, 2003, p.33).

Portanto identificar que se torna preciso ter conhecimentos mais amplos sobre sexualidade e obter estratégias metodológicas voltadas especialmente para complementar o direito de aprendizagem da criança. Para que o quadro de funcionários da escola envolvesse a direção, coordenação pedagógica e professores para obter êxito na forma de medidas educativas e preventivas sejam executados com eficiência no tratamento com as crianças, família e contexto social.

Uma vez mais, é importante ressaltar que o educador que ouvir um relato de violência sexual ou suspeitar da sua ocorrência deve procurar ajuda. Ouvir crianças que sofrem violências pode ser angustiante. Ajudá-las pode ser difícil sem o apoio da equipe de

trabalho. É preferível que a direção da escola assuma a tarefa de notificação. Caso a direção da escola se omita ou decline em fazê-lo, é bom lembrar que a notificação é obrigatória e a responsabilidade do profissional de educação é intransferível e pode ser cobrada legalmente. (SANTOS, IPPOLITO, 2010,p.70)

4- Conclusão

Penso que abranger um assunto que diz respeito à saúde física e psicológica do indivíduo na infância, como é o caso da sexualidade e buscar formas conceituais para melhor compreendê-lo, com mais clareza requer certo preparo tanto por parte da escola, quanto do professor que ira contribuir com a orientação. Sendo que identificar a diferença entre a orientação sexual para crianças e adolescentes, se faz necessária, pois os sujeitos estão vivendo fases de desenvolvimento, mas que cada um possui características biológicas, de formação social e que são bem diferentes.

Portanto o professor deve estar atento quando for tratar de sexualidade com os alunos em faixa etária distinta, quais valores são interessantes em repassar nessas diferentes fases como é no caso da criança que se interessa por conhecer o seu próprio corpo, no entanto os adolescentes já procuram entender as mudanças que ocorrem na puberdade que inclui outros sentimentos e emoções bem diferentes. No qual esse conhecimento a ser repassado encontre significados positivos para ambos os públicos, esclarecendo os termos sexo e sexualidade, sendo que se destaca no estudo presente também quais medidas preventivas contra a violência e abuso sexual da criança, para impedir que tal ato agravante seja evitado.

Proporcionando assim uma intervenção pedagógica sistematizada por princípios norteadores como a importância da sexualidade na infância, a questão comportamental, anatomia, relações interpessoais e o desenvolvimento psíquico e intelectual, que desenvolvem e aplicam formas de evitar esses problemas de nível social, buscando soluções que apresentam possibilidades de combater tal ato violento na infância.

Contudo as discussões são satisfatórias e através dessa pesquisa o estudo também pretende motivar o despertar de novas ideias construtivas para que o professor não encontre dificuldades e esteja seguro em trabalhar a sexualidade nas series iniciais, no qual a mesma não pode ser distanciada do ambiente escolar, já que no campo da educação existem tantas

justificativas favoráveis que visam beneficiar de forma integral aspectos que estão associados ao bem-estar e saúde da criança.

A escola, querendo ou não, depara com situações nas quais sempre intervém. Seja no cotidiano da sala de aula, quando proíbe ou permite certas manifestações e não outras, seja quando opta por informar os pais sobre manifestações de seu filho, a escola está sempre transmitindo certos valores, mais ou menos rígidos, a depender dos profissionais envolvidos naquele momento. (PCN,1997,p.78)

Entendo que a sexualidade também se faz presente como forma de educar, afinal ter por conhecimento do assunto em si e os problemas que acontecem como o abuso sexual infantil é refletir sobre essa questão de forma mais ampla, percebendo elementos que de certa forma pode ser trabalhado pela área da educação, onde essa criança vive uma parte das suas atividades diárias, podendo assim dizer como segundo lar de formação.

5- Referências Bibliográficas

ACARI, C.. Educação Sexual- Guia do Professor-ano/acesso:quinta-feira, 29 de setembro de 2016, 15:08:41

ALMEIDA, A.N. Os “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” de Sigmund

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 9ª edição-Brasília 2012
acesso:quinta-feira, 29 de setembro de 2016, 15:08:41.

BORSA, J.C.; **O papel da escola no processo de socialização da criança.** 2007. Disponível em:<<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0351.pdf>> Acesso em 2 de maio de 2016.

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica -Brasília. 2013 acessado:sexta-feira, 21 de outubro de 2016, 01:57:30

Freud e a Psicologia da Criança no final do século XIX. 2006. Disponível em: <<http://www.livros01.livrosgratis.com.br/cp011078.pdf>> Acesso em 2 de março de 2015.

FIGUEIRÓ, M.N.D.; **Educação sexual:** Como ensinar no espaço da escola. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/viewFile/1323/1132>> .Acesso em 29 de set. de 2016.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional BRASÍLIA - 2005 /acessado:quinta-feira, 29 de set. de 2016, 15:08:40. <http://www.mysearch.com/web?mgct=hp&o=APN11955&q=65>

Guia escolar A ESCOLA: INTERROMPENDO O CICLO DE VIOLÊNCIA SEXUAL
acesso: sexta-feira, 6 de maio de 2016, 01:49:15

LEONCIO, J.M.M.; **A orientação sexual nas escolas a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais.** 2013. Disponível em: <http://www.faceq.edu.br/regs/downloads/numero12/Aorientacaosexualnasescolas.pdf>>. Acesso em 6 de maio de 2016.

RODRIGUES *et al.*; **A sexualidade no ambiente escolar:** a visão dos professores de educação infantil.2014.Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/.../cadernodeeducacao/.../04042014074026.pdf>>. Acesso em 24 de março de 2015.

SANTOS, B. R.; IPPOLITO, R.. Guia de Referência. **Construindo uma Cultura Escolar de Prevenção à Violência Sexual.** Acesso:sexta-feira, 6 de maio de 2016.

SOUZA, L.F.: **A educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental.** 2011. Disponível em:http://www.cneccapivari.br/libdig/index.php?option=com_rubberdoc&view=doc&id=400&format=raw. Acesso em 24 de out. de 2016.

SOUZA, A. S. M. A.. A Escola e o Abuso Sexual Infantil. Acesso - sexta-feira, 6 de maio de 2016, 01:49:15

TEODORO *et al.*; **Orientação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental:** práticas e conceitos.2014.Disponível em:<<http://www.sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/evento>

s/article/viewFile/1503/1094>.Acesso em 24 de out. de 2016.

UNGARETTI, M. A. livro Criança e Adolescente Direitos, Sexualidades e Reprodução -2010.